

CONCORRÊNCIA GLOBAL E ECONOMIA DE GUERRA

*Luciano Vasapollo*¹

(Tradução: Flávio Bezerra de Farias)

RESUMO

Depois de identificar o paradigma econômico-institucional da concorrência global por blocos geoeconômicos, para além do fordismo e da globalização, busca-se evidenciar as crises e barbáries que resultam das tendências guerreiras e competitivas atuais do capitalismo, na escala mundial.

Palavras-chave: Globalização. Estado. Guerra.

1 A FASE DA CONCORRÊNCIA GLOBAL E O MODELO PRODUTIVO

Para entender a fase atual da concorrência global, tem importância decisiva fazer-lhe uma análise, especialmente a propósito da organização do ciclo produtivo, das características do tecido produtivo e social, do papel do Estado, das relações entre as áreas internacionais e a estrutura econômica, dos interesses gerais de domínio e expansão, que determinam tanto as guerras financeiras e econômico-comerciais, como verdadeiras guerras militares. Todas essas problemáticas estão fortemente vinculadas, tornando-se cada vez mais determinantes e estratégicas, no momento da transição da era *fordista* para a chamada era *pós-fordista*².

Analisando-se esquematicamente os últimos trinta anos com as suas fases político-econômicas, percebe-se que, desde o início dos anos 70, vai perdendo importância a união entre o sistema produtivo *fordista* e os modelos *keynesianos* através dos quais o Estado realizava um contexto geral de mediação, regulação e compressão do conflito social. Sobre este fenómeno, fala-se da colocação em causa da rigidez dos processos de acumulação, precisamente porque a crise *fordista* se caracterizava pela inflexibilidade dos investimentos e da inovação tecnológica, por uma rigidez dos mercados de aquisições e dos mercados de consumo. A isto se agrega a rigidez do mercado de trabalho, assim como a força demonstrada pelo movimento operário entre a segunda metade dos anos 1960 e no início dos anos 1970. Essa “rigidez” do sistema produtivo causava a impossibilidade de apoio à demanda através do gasto público, por uma restrição da base fiscal. A única resposta foi, então, a da política monetária, caracterizada por traços inflacionários. Assim, interromperam-se os processos de crescimento do segundo pós- Guerra

¹ Professor de Estatística Empresarial, Faculdade de Ciências Estatísticas, Universidade La Sapienza, Roma. Diretor Científico do Centro de Estudos CESTES e da Revista PROTEO.

² Cararo, Martufi, Vasapollo *et al.*, 2001 e 2002.

mundial, num contexto de desenvolvimento econômico que criava novos processos de concorrência internacional e diminuía o papel do Estado keynesiano. Nesse âmbito, o intenso processo de industrialização *fordista* se move para novos mercados, especialmente do Sudeste Asiático, aumentando a concorrência internacional e colocando em causa a liderança estadunidense.³ Em 1973, os preços do petróleo aumentam. O primeiro choque petrolífero e as políticas de controle da inflação evidenciam dificuldades financeiras e um excedente de capacidade produtiva nos países de capitalismo avançado. Tudo isso provoca uma forte crise nos processos de acumulação capitalista da era *fordista*.

Em razão disto, delineiam-se estratégias de sobrevivência empresarial e capitalista, numa situação de forte deflação (1973- 1975); a saída da deflação aponta para processos que questionam o compromisso *fordista-keynesiano*. Desde então, realizam-se as inovações nas organizações industriais, intensificam-se a inovação tecnológica e a introdução dos modelos de automação, os processos de descentralização produtiva, os grandes planos de aquisição e fusão, a nova projeção geral para a aceleração dos tempos de rotação do capital. Trata-se de fortes inovações de processo e de produto que se acoplam a um sistema diversificado estatal-institucional de mediação política-social, cujo objetivo é o controle externo conflitualidade dos trabalhadores e do antagonismo social em geral. Tudo isso exige realizar, de maneira diferente, o ciclo produtivo, uma forma de se relacionar com a força de trabalho e de interpretar as dinâmicas espaciais da produção — o que é possível por intermédio da criação de uma nova função para o Estado, desenvolvendo uma nova ideologia para a acumulação. Desse modo, a rigidez da última fase *fordista* deve transformar-se em flexibilidade dos processos produtivos, flexibilidade de mercados do trabalho, flexibilidade de demanda. Tudo isto permite que as ameaças feitas pelos movimentos dos trabalhadores à ordem social capitalista e os períodos de crise originários de processos de superacumulação possam ser absorvidos ou, pelo menos, contidos e dirigidos. Nos anos 1980, ocorreu uma mudança substancial na duração dos ciclos econômicos. Com efeito, destaca-se que no período sucessivo à Segunda Guerra Mundial o ciclo econômico se caracterizava por uma duração de cerca de cinco anos, enquanto que, a partir de 1980, a distância entre dois períodos de recessão passou a se alongar para mais de dez anos, embora a recuperação econômica se tornasse débil em termos de sua realização. Ao mesmo tempo, tratou-se de “tornar leves as empresas públicas e privadas” para realizar uma “produção ágil”.⁴ Nesse cenário, se desenvolve o quadro macroeconômico mundial dos anos 1990 (sobretudo na sua segunda metade), atualmente caracterizado por taxas de crescimento muito baixas, inclusive em países como o Japão, que fora dinâmico relativamente ao resto da economia

³ Mariotti & Mutinelli, 1997.

⁴ Mariotti, 1998.

mundial.⁵ Uma deflação crescente, uma conjuntura mundial extremamente instável, interposta a sobressaltos monetários e financeiros; um aumento de investimentos, em particular de caráter financeiro, que se uniu ao crescimento do desemprego em massa, de natureza tecnológica e estrutural. Tudo isto vinculado com a contenção dos salários reais, à flexibilidade, à precariedade do trabalho e às condições de trabalho medievais em muitos países, onde se superexplora a mão de obra. Determina-se, assim, o aumento da desigualdade de renda e de condições de vida, inclusive em países de capitalismo maduro. A esse fenômeno se vincula, também, a marginalização de regiões inteiras do globo, que se movem do sistema de intercâmbios na direção de uma concorrência internacional cada vez mais intensa.⁶ No caso dos países da OCDE, em torno de três quartos das operações de investimento no exterior assumiu a forma de operações de aquisição e de fusão de empresas existentes, ou de mudança de propriedade do capital existente, frequentemente vinculadas às reestruturações produtivas que provocaram desemprego, sem criação de novos meios de produção — quando ocorrem investimentos produtivos, o desemprego tende a aumentar, em vez de diminuir. Em muitos mercados, as taxas de concentração na escala mundial são análogas relativamente como há de trinta anos, típicas de economias fechadas.⁷ Contudo, é precisamente nesse contexto que se insere o fio condutor da chamada acumulação flexível, isto é, a completa reorganização e mudança de regulamentação do sistema financeiro mundial, com renovações de instrumentos, de mercados, de intermediários, assim como uma descentralização dos fluxos. Tudo isto evidenciou a necessidade de estruturação de um único mercado mundial financeiro e creditício, informático e virtual, fazendo surgir os grandes conglomerados financeiros, com um papel central atribuído aos investidores institucionais.⁸ Portanto, o conteúdo efetivo da chamada globalização não é o resultado da mundialização do comércio, mas das operações do capital, sob as formas industrial e financeira.⁹ Então, é evidente que o quadro geral da “globalização” vinculou-se ainda mais à dinâmica específica da esfera financeira, cujo crescimento segue ritmos em patamares superiores aos dos investimentos produtivos, do Produto Interno Bruto ou do comércio internacional. Esses foram os fatores que desordenaram a situação econômica, especialmente a partir dos anos 1980, afetando os países das áreas com baixo e médio nível de desenvolvimento, como é o caso da Europa Oriental e da Ásia Central, que são países ricos em recursos petrolíferos e em gás natural — áreas inteiras que devem enfrentar estes problemas sob a chantagem de uma guerra econômica (e não unicamente), entre os Estados Unidos e a União Europeia. Em todo caso, são estes dois

⁵ Yasui, 1999.

⁶ Martufi & Vasapollo, 2000.

⁷ OCDE, 1998.

⁸ Maher & Andersson, 1999; Goergen & Renneboog, 1998; Mayer, 1999.

⁹ Petras & Veltmeyer, 2002.

blocos econômicos que impõem graves restrições por intermédio da força estranguladora da dívida contraída pelos países dependentes. É, precisamente, os EUA e os países da União Europeia que obrigam aqueles países a pagar mais juros relativamente ao que estes receberam em empréstimos, doações e investimentos — como ilustra a situação da Argentina. E o pagamento de uma dívida tão elevada obriga aos países do Terceiro Mundo à destruição de suas florestas, à venda das suas matérias-primas a preços irrisórios, à superexploração e à destruição dos seus patrimônios ambientais; em geral, à submissão a acordos neoliberais e a privatizações, que trazem a marca de padrões sociais mínimos, para atrair os investimentos estrangeiros.¹⁰ Sobretudo a partir dos anos 1990, a ausência de recuperação econômica resulta em parte de uma extrema e persistente desigualdade econômica e social, ampliando a disparidade de condições de vida entre ricos e pobres. Trata-se de mais uma prova do fracasso do mercado que, quando deixado livre e à deriva, acentua cada vez mais as disparidades existentes entre as classes sociais. É nesse quadro histórico político-econômico, que se devem interpretar as principais características do pós-fordismo, concentrado no paradigma da acumulação flexível. De todo modo, tais características podem ser esquematizadas como segue: a especialização flexível, a volatilidade dos mercados, a redução substancial da função de regulação econômica do Estado-nação e a individualização das relações de trabalho. Entretanto, falar, atualmente, de era pós-*fordista* não significa que não subsistam elementos típicos dos processos *fordistas*. Ao contrário, o “modelo” pós-*fordista* típico da área central dos países de capitalismo avançado convive com um típico modelo ainda *fordista* da periferia e com modelos escravagistas dos países da extrema periferia — que inclui, também, algumas áreas marginalizadas do centro, nos com capitalismo avançado. Tudo isto porque, hoje, convivem as diversas faces de um mesmo modo de produção capitalista, que também se quer identificar como a era da “*New Economy*” e do paradigma da acumulação flexível. Qualquer que seja a designação, trata-se de uma fase na qual se acentua um crescimento destrutivo (Mészáros, 2002: p. 699), sem qualquer forma de desenvolvimento social e de civilização. Nos países de capitalismo maduro, o processo que caracterizou o desenvolvimento industrial dos últimos 25 anos teve a marca — ainda que de modo distinto em todos os lugares — de um forte aumento da produtividade do trabalho, ao qual corresponde uma economia de trabalho que excede decisivamente a criação de novas oportunidades ocupacionais. Com efeito, em razão de intensos processos de inovação tecnológica e da conseqüente redefinição do mercado de trabalho, os incrementos maciços da produtividade se traduziram exclusivamente em aumentos vertiginosos dos lucros e das várias formas de remuneração do capital como fator produtivo. O fator trabalho não teve nenhum tipo de benefício em termos de redistribuição real de tais aumentos de produtividade. De fato,

¹⁰ Gowan, 1999: p. 60 e seguintes.

não se realizou um aumento do emprego, nem os correspondentes incrementos na evolução dos salários reais nem, tampouco, passos relativamente decrescentes no tempo de trabalho e, enfim, nem sequer na manutenção dos precedentes níveis de salário indireto, mensurável através do gasto social geral.

Globalização significa domínio da bolsa e da financeirização da economia, em conflito com qualquer forma de melhoria das condições de vida dos povos, criando obstáculos à liberdade de escolha e à ampliação dos direitos universais. Concretamente, eis o conceito de modernização do capitalismo selvagem, ainda que se trate de exprimi-lo com tonalidades mais harmônicas e equilibradas.

A generalização e globalização do capitalismo selvagem, típico do modelo norte-americano — anglo-saxão (Martufi & Vasapollo, 2000), continuam a considerar os Estados Unidos da América como a referência central de um desenvolvimento mundial com guia unipolar, especialmente a partir do final dos anos 1980, com o fracasso da União Soviética. A globalização coincide com a fase de guia unipolar do mundo, em particular do final dos anos 1980 até a primeira metade dos anos 1990.

2 CAPITAL MUNDIALIZADO E BLOCOS ECONÔMICOS

A liberalização dos intercâmbios, assim como a desregulamentação e o desmantelamento da legislação que tutela os salários, permitiram aos grupos das multinacionais, em particular norte-americanas, explorar, simultaneamente, as vantagens da livre circulação das mercadorias e da grande desigualdade entre os países, as regiões e mesmo também em certos espaços situados no interior das grandes áreas econômicas ocidentais.

A política econômica determina, cada vez mais, escolhas monetaristas e neoliberais, deixando intactas as profundas causas que originam os desequilíbrios da estrutura produtiva, aprofundando o déficit comercial. Seguindo as indicações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, numerosos governos dos países dependentes (como México, Brasil, Indonésia, Malásia, Rússia e Argentina) continuam a aplicar políticas que não são simplesmente conjunturais; mas, cada vez mais, de caráter estrutural e de abertura comercial dependente acelerada, com privatizações das empresas estatais e desregulamentação econômica. Deste modo, realizam-se políticas que têm como primeiras repercussões a diminuição dos salários reais, o aumento do desemprego, a desindustrialização, sem investimentos reais e produtivos financiados por capital interno, e, por conseguinte, o aumento da dependência em relação aos grandes blocos econômicos ocidentais, os Estados Unidos e a União Europeia.

A configuração e as modalidades de uso, com finalidade de controle social total, do capital privado mundializado não cessaram de modificar-se e, hoje, direcionam-se acentuadamente para o favorecimento de instituições financeiras não-bancárias, vinculadas às multinacionais, numa relação perversa entre capital financeiro e capital produtivo (que se configura cada vez mais nas dinâmicas dos investimentos diretos externos). Assim, realiza-se um mundialização financeira e produtiva com domínio quase que exclusivo dos Estados Unidos da América e da União Europeia, no qual os equilíbrios econômicos e produtivos tornam-se, progressivamente, mais agudos. Realiza-se, igualmente, um processo profundo de modificação e de distribuição de renda em favor das rendas financeiras e de qualquer modalidade do capital (lucros industriais que se tornam rendas para depois retornar como ganâncias), estrangulando definitivamente não somente os países do terceiro mundo mas, sobretudo, aqueles de nível médio de desenvolvimento. No âmbito dos processos de redefinição das áreas de influência dos polos neoeconômicos, o controle dos recursos materiais (petróleo, gás, metano, minerais preciosos, etc.) e do capital humano (trabalhadores especializados a baixo custo e com mínimos níveis de direitos) das regiões com nível médio de desenvolvimento tornam-se, portanto, um motivo forte e estratégico de contenda na concorrência global.

Com efeito, nos anos 1990, a dinâmica geográfica dos fluxos de investimentos diretos externos (IDE) representou o instrumento principal do paradigma da “estabilidade político-econômica global”, centralizando na iniciativa capitalista o investimento produtivo que não pode ficar subordinada às dinâmicas da financeirização. Com efeito, a esfera financeira se alimenta, precisamente, da riqueza criada pelos investimentos produtivos nos países com nível médio de desenvolvimento (inclusive os centrais da Eurásia). Investimentos nessa área significam lucros para as multinacionais, açambarcamento de recursos primários e de capital humano com boa especialização a baixo preço, controle do petróleo, das matérias primas e das fontes de energia, determinação do valor de cotação dos barris de petróleo e, por conseguinte, determinação da divisa que assumirá no futuro o papel de reserva internacional. Isto significa proveito e capitais imediatamente disponíveis para os operadores financeiros, institucionais ou não, para as especulações internacionais e capitais industriais produtivos vinculados a processos desenfreados de exploração. Trata-se das duas caras do capital internacional que tem, de qualquer modo, um caráter desestabilizador para os países pobres e com nível intermediário de desenvolvimento, que ficam submetidos à agressão econômica, financeira e militar.

3 DA GLOBALIZAÇÃO À CONCORRÊNCIA GLOBAL

Os elementos anteriormente apresentados devem ser interpretados como os primeiros sintomas de maturidade de um novo e grande regime de acumulação mundial. Trata-se da fase e, ao mesmo tempo, do paradigma da acumulação flexível, cujo funcionamento está submetido à primazia do capital privado e financeiro altamente concentrado. É assim que a União Europeia está buscando assumir um papel de primeiro plano e em aberta concorrência com os Estados Unidos, que tentam relançar seu papel de “polícia” de um mundo sob guia unipolar. A este propósito, convém lembrar que, a partir dos anos 1990, os Estados Unidos estiveram comprometidos, em primeira linha, em quatro conflitos. A primeira guerra foi a de 1991, contra o Iraque; depois, o conflito na Croácia e na Bósnia, e a agressão, que ficou a cargo da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte, sempre guiada pelos Estados Unidos), contra a Sérvia; e, por último, ainda em curso, o ataque ao Afeganistão, sob o pretexto do combate ao “terrorismo internacional”; e os ventos de guerra continuam a soprar, para o Iraque, Filipinas, Colômbia, e assim sucessivamente, no contexto da “guerra global e permanente”.

Além de tudo, nos Estados Unidos, a recessão já está presente há muito tempo. Ela se disfarça de um crescimento econômico inflado pela dívida interna e externa, do câmbio elevado e da “bolha financeira” especulativa de Bolsa. Contudo, essa recessão evidencia uma crise cujo caráter é também estrutural e não simplesmente cíclico-conjuntural. Isto também explica o que se sucedeu ao 11 de setembro; ficou ainda mais claro que os Estados Unidos não podem aspirar serem os únicos guardas-noturnos ou moralizadores do planeta, não tendo nenhuma legitimidade para serem um guia unipolar, como “polícia do mundo”. Além do mais, pelo que foi considerado acima, dever ser visto também como um país que tem sérios problemas internos de estabilidade e de crescimento econômico, de desenvolvimento social, de equilíbrio geral com fortes contrastes étnicos, espasmos culturais e político-econômicos e sociais por resolver. Caso o predomínio absoluto dos Estados Unidos se encontre em dificuldade, caso a “belle époque” da globalização com guia unipolar tenha terminado; nesta hipótese, quais são os concorrentes imediatos na repartição do domínio global?

O Japão é o primeiro país a ser considerado, ainda que esteja passando por uma crise econômica imposta pelos Estados Unidos, da qual ainda não logrou sair. O sol Nascente foi indicado, durante muitos anos, como um país exemplar, por ter escapado da colonização e, ademais, por ter se tornado um aliado dos ocidentais. Esse país foi considerado pelos ocidentais como exemplo de democracia e foi sustentado pelos Estados Unidos tanto no ingresso na OTAN, como na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com a convicção de que, de nenhuma maneira, o processo de desenvolvimento econômico desse país não poderia

constituir um problema, os estadunidenses apoiaram e transferiram para o Japão tecnologia de importância determinante. A economia japonesa, com a realização de produtos sempre mais sofisticados e avançados, — introduzidos no mercado mundial e, em particular, norte-americano — com fortes taxas de produtividade, com o modelo da flexibilidade e da qualidade total, produziu uma superabundância de capacidade industrial que levou, em 1997, ao desencadeamento de uma crise de superprodução. Trata-se de uma crise direta, imposta e sustentada pela batuta do grande capital estadunidense, que se deu conta de que suas próprias indústrias tecnológicas, eletrônicas, automotivas, etc, se encontravam numa situação de completa submissão ao potencial industrial japonês. A partir daquele momento, a derrubada da guia japonesa levou consigo todas as economias asiáticas, que entraram numa crise profunda, e esta se estendeu rapidamente. Trata-se de uma crise extremamente favorável aos Estados Unidos, que puderam redefinir sua influência e expansão nos mercados asiáticos.

Na área asiática, é certo que as premissas de um novo, forte e competitivo polo geoeconômico e geopolítico são múltiplas, a começar pelo papel que está exercendo o eixo russo-chinês-indiano, o qual pode reforçar e, significativamente, concretizar seus objetivos expansionistas, em prejuízo dos Estados Unidos.

A União Europeia tem um papel novo e determinado (sobretudo depois da instituição da moeda única europeia) que, além de possuir uma significativa potência militar (até agora limitada no âmbito nacional, mas se preparando, sem problemas particulares, para ser organizada no âmbito comunitário), tem uma elevada capacidade econômica e financeira, também possível de superar os Estados Unidos no volume dos intercâmbios comerciais. Isto abre a possibilidade de que a União Europeia se torne a “nova superpotência” no mundo.¹¹ É claro que, para poder alcançar esse resultado, a União Europeia deveria adquirir, além de uma unidade econômica, também e, sobretudo, uma unidade política, cujo intento é mais difícil, considerando as notáveis diferenças e discórdias existentes entre os vários países europeus. Cumpre referir-se que a União Europeia reúne uma população de cerca de 400 milhões de pessoas, que têm um padrão de vida e um modelo político-econômico muito similares aos dos Estados Unidos. Na União Europeia, a Itália assume um papel singular, com peculiares objetivos expansionistas, voltados para os países do Leste Europeu e da África Mediterrânea; a França está pensando em como voltar a ser uma verdadeira potência mundial, enquanto a Alemanha busca, sobretudo, a segurança e, também, uma redenção que lhe restitua um prestígio ético e político mas, especialmente, uma expansão neoeconômica. A reunificação das duas Alemanhas as converteu,

¹¹ Regini, 2000; Vasapollo, 2000.

automaticamente, na primeira potência da Europa Ocidental. Por sua vez, a Grã-Bretanha que, voluntariamente, não entrou na União Monetária, pode ser considerada como um simples apêndice dos Estados Unidos e, para todos os efeitos, como um dos “vassalos fiéis” do grande “feudatário estadunidense”. No eixo dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha preocupa-se, sobretudo, com a maneira de manter um papel de forte e grande potência, reforçando seus próprios e específicos interesses geopolíticos. De todo modo, a União Europeia não representa, apenas e simplesmente, “a cabeça de ponte” dos Estados Unidos na Eurásia. É por isto que o enclave estadunidense não pode influenciar profundamente o largo caminho da integração monetária e econômica da Europa. As guerras econômicas nos mercados de câmbio, os ataques especulativos nos mercados financeiros, o uso das crises geopolíticas de área (nos Bálcãs, no Afeganistão, em toda Eurásia, e aquelas, com aparentes sinais de diferenciação, como no caso da Argentina, são sistemáticas e sintomáticas) representam momentos de espasmos na guerra econômica, financeira, comercial e política. Trata-se de uma violenta competição entre polos neoeconômicos, em particular entre os Estados Unidos e a União Europeia. Esta última já se encontra em forte concorrência com os Estados Unidos seja pela imposição da nova ordem geopolítica mundial, seja pela repartição do mercado, seja, enfim, pelo controle dos objetivos expansionistas neoeconômicos do polo asiático ainda originários do Japão ou do eixo, eventualmente constituído, russo-chinês-indiano. Eis o contexto da concorrência global.

O que foi evidenciado acima são apenas alguns aspectos da guerra de hegemonia econômica, que se toma cada vez mais frontal em todas as áreas do planeta, entre os polos geopolíticos e neoeconômicos dos Estados Unidos e da União Europeia. E o enfrentamento se tomou ainda mais grave com a chegada do Euro e com o temor estadunidense de que, com o tempo, aumentem as oportunidades para que esta moeda tome força e chegue a ser valor de reserva e de referência internacional. De qualquer modo, a mundialização capitalista e o intento do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não anulam a existência dos Estados nacionais; ao contrário, tais processos acentuam os fatores de hierarquia entre os países e redimensionam sua configuração, fazendo com que fiquem mais agudos os conflitos pelo controle sobre áreas de maior interesse de divisão geopolítica e geoeconômica. Assim, identificou-se o paradigma econômico-institucional da concorrência global por blocos geoeconômicos.

4 A ECONOMIA DE GUERRA

O que foi discorrido acima evidencia como está-se configurando um processo particular e intenso de territorialidade, desprovida de ubiquidade com o caráter nacional e internacional da economia, explicável não apenas a partir de fenômenos de reestruturação e renovação que interessam à indústria, mas

que também está mudando o próprio modo de se apresentar do modelo de desenvolvimento, ou melhor, de crescimento capitalista. Consolida-se uma lógica econômico-produtiva distinta dos processos produtivos anteriores, porquanto implementa uma nova acumulação generalizada cada vez mais diversificada nos modelos de produção e na organização do trabalho. Trata-se do paradigma da acumulação flexível, da produção ágil e da terceirização, que além do mais convive com os modelos de tipo industrial e centrado sempre no trabalho dependente, assalariado, com lógicas cada mais desenfreadas de exploração, com extorsões cada vez mais maciças de mais-valia absoluta e relativa.

O princípio que orienta essa fase está fundado na primazia da demanda sobre a produção. Esta primazia está vinculada a modelos de eficiência produtiva e desenfreada concorrência, ainda que tão frequentemente imperfeita. Portanto, a concorrência se baseia sempre mais na qualidade do produto, na qualidade do trabalho, com um novo papel atribuído ao chamado capital humano, ao capital intelectual, num modelo cada vez mais caracterizado por recursos imateriais do capital intangível, por capital de informação implicado diretamente na produção. Trata-se de uma estruturação do capital — que se une ao trabalho manual de baixo salário, descentralizado e frequentemente informal, com flexibilidade imposta e precariedade do trabalho e do inteiro devir social, com serviços externos e com escasso conteúdo de garantias que lhe permitam o uso — na qual se perdem as conexões entre quantidade produzida e preço (elementos típicos do fordismo).

Tudo isto ocorre na medida em que convivem as diferentes faces de um mesmo modo de produção capitalista, fundado na extorsão da mais-valia e do sobre-trabalho. Desse modo, desenvolvem-se e reforçam-se fortes processos associativos e de compressão do conflito, funcionais à sociedade do sistema de flexibilização e de precariedade do trabalho, de terceirização e de financeirização, de privatização das empresas públicas, dos serviços, — demolindo, pois, o *Welfare* —, das descentralizações e externalizações produtivas e de encolhimento das entidades espaciais e temporais, no mundo capitalista. Tudo isso influi no contexto social, que está cada vez mais implicado diretamente na produção empresarial. É esse processo, no seu todo, que distingue, na prática, a forte recuperação de posições, isto é, de poder do capital relativamente ao trabalho.

Assim, urge compreender que o modelo da acumulação flexível tem necessidade da reestruturação e de um relançamento capitalista concentrado, ainda, sobre a exploração do trabalho, com formas variadas no âmbito internacional, que explicam a concorrência global como conflito aberto entre polos neoeconômicos, no qual a Itália assume hoje um papel de primeira importância.

Esse é o contexto no qual se consolida a nova estrutura da sociedade do capital. Isto acontece a partir de algumas caracterizações que assumiram as modalidades das dinâmicas do crescimento do capitalismo, vinculadas no âmbito de uma relação capital-trabalho, sempre terminando no controle social interno em cada país capitalista. E isto se torna ainda mais evidente ao se analisar os dados macroeconômicos da crise recessiva capitalista, crise que impulsiona o keynesianismo militar e a opção imprescindível do conflito guerreiro.

Assim sendo, o movimento dos trabalhadores, e os opositores ao modelo capitalista em geral, deverão levar em conta este cenário de keynesianismo de guerra como fenômeno econômico estrutural e, portanto, preparar-se para restrições por parte dos governos no plano das liberdades individuais e sindicais, dos direitos em geral e com formas de desenvolvimento do gasto público de caráter militar, com restrições econômicas, que irão atacar, ainda mais, os salários e o gasto social. Esse é o cenário dos próximos anos, no qual o movimento dos trabalhadores deverá organizar-se e confluir.

Deste modo, realiza-se uma sociedade com maiores disparidades sociais, na qual se enfraquece o sistema de proteção social favorável às faixas de cidadãos mais frágeis. As faixas de nova marginalização do trabalho e do não-emprego, as quais se prolongam progressivamente, chegam a compreender também os estratos de sociedade que, até poucos anos antes, eram considerados como garantidos — por exemplo, no caso dos trabalhadores do setor público, alguns setores de artesãos e comerciantes, os desempregados. Criam-se, então, ao mesmo tempo, nova pobreza, novas necessidades para as quais não se logra ou não se procura encontrar uma solução, ampliando, em última instância, a área da marginalização social global.

Portanto, a realidade econômica está em rápida e inelutável evolução, mas busca tornar cada vez mais evidente a linha de demarcação entre propriedade-capital e uma classe dos trabalhadores que não pode aceitar as compatibilidades funcionais à crise quantitativa de acumulação que o capitalismo está agora atravessando.

Atualmente, as transformações estruturais que caracterizam o sistema socioeconômico são também — e, talvez, sobretudo —, transformações no ser e na relação interna entre novos sujeitos produtivos e sociais em geral. Isto não deve ser captado e interpretado simplesmente através de uma análise ainda baseada na centralidade operária e de fábrica e sobre um papel do Estado já superado na contemporaneidade. Tais processos de transformação são frequentemente ignorados, os novos sujeitos econômicos não são protegidos e, frequentemente, nem sequer considerados, porque predomina a cultura da compatibilidade industrial. Assim, reaparecem

análises políticas, sindicais, contribuições científicas óbvias e compatíveis com os atuais processos de redefinição do capital mas, geralmente, não referenciados na realidade socioeconômica concreta — a qual deve ser interpretada ainda em termos de classes. Os vários modelos de análise econômica e social ainda adotados hoje por estudiosos de várias formações e posições políticas ficam presos a formas de medidas baseadas em parâmetros elaborados e deduzidos de uma lógica interpretativa de “molde industrialista”, ou projetadas no futurismo pós-*fordista*, no qual se supõe superado o conflito capital- trabalho. Tais lógicas são assumidas como centrais em grande parte das forças sindicais confederadas e em forças políticas de esquerda, assim como numa parte das radicais e alternativas.

O processo de desenvolvimento econômico ora vivenciado necessita de novas lógicas interpretativas, de novos instrumentos, que são ignorados pelas análises econômicas de tipo “industrialista”, “*fordista*” e modernista pós-*fordista*, que descrevem as novas relações industriais. Assim, especificam-se as características estruturais dos sistemas produtivos locais, baseados no trabalho especializado; na intensificação dos ritmos, a elevada divisão do trabalho, o impulso à especialização produtiva; na multiplicidade dos sujeitos econômicos, de novos sujeitos do mundo do trabalho; na difusa especialização dos trabalhadores, acompanhados de trabalhos mais humildes, de empregados externos, com grande componente de trabalho no negro e mal pago; na difusão das relações diretas, sem intermediações sindicais.

As transformações estruturais, que caracterizam atualmente o sistema socioeconômico são, também e talvez, sobretudo, transformações no ser e na relação interna da modalidade de desenvolvimento de um capitalismo que, abandonando a centralidade da fábrica, propõe um sistema produtivo e cultural cada vez mais distanciado e centrado no território, apoiado pelo papel ativo de *Profit State*.¹² Isto se apreende e se interpreta somente através de análises desagregadas da distribuição territorial das atividades, com uma forte caracterização típica da análise de classe.¹³

5 O PAPEL DA ITÁLIA NA CONCORRÊNCIA GLOBAL

Atualmente, na Itália, completa-se uma fase de reestruturação e de redefinição do modelo capitalista que havia caracterizado o período da reconstrução pós-bélica e da corrida para o desenvolvimento industrial típico das décadas de 1960 e 1970. Não se trata somente da passagem da era taylorista para as formas de liberalismo pós-*fordista* mas, também, da difusão de diversos modos das atividades produtivas se apresentarem, da mudança nas dinâmicas evolutivas do desenvolvimento e da subjetividade socioeconômica.

¹² Martufi & Vasapollo, 1999.

¹³ Cararo, Martufi, Vasapollo *et al.*, 2002

Na Itália, como no resto dos países de capitalismo maduro, não existe um simples processo de desindustrialização e não se trata de uma das tantas crises do capitalismo, mas ocorre uma transformação radical, que influi em toda a sociedade, que cria novas necessidades, sem lhe buscar o atendimento. Trata-se, de fato, de uma concepção do desenvolvimento, do próprio modo de ser da vida, que induz a diferentes comportamentos socioeconômicos da coletividade, sob a imposição e a coerção da cultura de empresa¹⁴— que são impostos pela flexibilidade da empresa, difusa no tecido social. Assim, são superadas as inflexibilidades da sociedade industrialista, baseada na centralidade de fábrica, num contexto de crescimento quantitativo, sem a qualidade do desenvolvimento nas áreas centrais e com miséria absoluta, sem mediações, nas áreas do Sul e mais periféricas. Não obstante, isto explica melhor os detalhes, também qualitativos, das reestruturações do capital, sua redefinição social e como esta assume, progressivamente, um papel fundamental na compreensão do conflito de classes e das novas formas que este tomará. Então, a evolução do contexto econômico internacional repercute também, necessariamente, na economia Italiana.

De uma observação aprimorada desses fenômenos historicamente determinados, percebe-se a emergência de um setor terciário que cada vez mais se vincula e se integra com as outras atividades produtivas — especialmente com as industriais cujo papel é estratégico, produtivo e de molde assalariado—, que tutelam também os novos sujeitos do trabalho autônomo de última geração. Determina-se, então, um novo modelo produtivo e *localizativo*, que já foi definido em outra ocasião¹⁵ como tecido de *multinível* de irradiação terciária, com centralidade produtiva do recurso da informação. Esse modelo se associa ao paradigma de flexibilização do devir social, imposto por uma empresa difundida socialmente no sistema territorial. Trata-se, precisamente, de um setor terciário com centralidade de comunicação, que se acompanha de *deslocalizações*, de processos de *terceirização*, de *externalização* do ciclo produtivo e de um modelo de flexibilidade geral e de exploração no e do social. Tudo isto fez com que o modelo de capitalismo italiano assumisse um papel cada vez mais arrastado, que não é explicável somente por simples processos de desindustrialização ou de re-compactação e reconversão industrial, mas pelas exigências de reestruturação e de diversificação global das modalidades do crescimento capitalista.

Evidenciou-se o crescimento de um setor terciário que, progressivamente, identifica e se identifica em novos sujeitos sociais, o qual tende a caracterizar-se também com formas de trabalho com elevado conteúdo de precariedade e de flexibilidade do trabalho e do salário. A *terciarização* do modelo socioeconômico evidencia também falsos processos de crescimento

¹⁴ Mariotti, 1998; Manotti & Mutinelli, 1997.

¹⁵ Cararo, Martufi, Vasapollo *et al*, 2001.

empresariais que, frequentemente, escondem os incrementos do desemprego, a externalização de empregados, sobretudo de serviços, adjudicados a ex-subordinados despedidos e obrigados, para realizar uma renda, a se tomarem “independentes”, com falsas promessas de obter trabalhos da empresa matriz, para depois encerrar sem demora a aventura de “novos empresários”. Trata-se, pois, tanto de um elevado *turn over* da mão de obra, com contínuas criações e destruições de trabalho, como de um aumento do trabalho falsamente independente, sobretudo na indústria, onde se verifica um aumento do uso do tempo de jornadas de trabalho e de turnos não regulares e, enfim, um crescimento constante e contínuo dos trabalhos a tempo parcial, de aprendizagem, de *part-time* forçado.

A crise está levando ao desaparecimento do emprego regulamentado e com duração indeterminada, mas não eliminando o trabalho assalariado e subordinado. Trata-se de um trabalho cada vez mais flexível e atípico e repetidamente arrancado por intermédio de processos de *deslocalizações* internacionais, na busca de forma de trabalho com escasso conteúdo de direitos e com baixíssimos salários; a isto se acopla uma forte presença de trabalhos intelectuais e técnico-profissionais frequentemente precários, assim como os manuais e repetitivos.

Nos anos 2003 e 2004, o Produto Interno Bruto italiano, que foi estimulado pela demanda interna tanto pelo lado dos consumos das famílias, quanto dos investimentos, deveria voltar a crescer mais ou menos alinhado com a área do euro. O fenômeno está estreitamente vinculado com um contexto de sustentação da demanda global por intermédio de políticas econômicas na forma de keynesianismo militar; isto é, num quadro de “guerra infinita”, que não pretende demonstrar nada mais do que a possibilidade de crescimento econômico e de continuação dos processos de acumulação através de um clima de economia de guerra,¹⁶ acompanhado de uma compressão geral do custo do trabalho e do gasto social.

SUMMARY

After identify the economical and institutional paradigm of the global competition by geo-economical blocks, ahead of fordism and globalization, this paper looks for showing show the crises and barbarism as result of the actual bellicose and competitive tendencies of the capitalism in a world wide scale.

Key words: Globalization, State, War.

¹⁶ Vasapollo (org.), 2003: p. 9 e ss.

REFERÊNCIAS

CARARO, S., Casadio, M., MARTUFI, R., VASAPOLLO, L., Viola, F. No/Made Italy: EuroBang 2. La multinazionale Italia e i lavoratori nella competizione globale, Mediaprint, Roma, 2001.

_____. La coscienza di Cipputi. EuroBang 3. Inchiesta sul lavoro. Soggetti e progetti, Mediaprint, Roma, 2002.

GOERGEN, M., RENNEBOOG, L. Strong managers and passive institutional Investor In the UK. Bruxelles: ECGN, 1998.

_____. Prediction of ownership and contral concentration in german and UK Initial public offering. Tilburg University, Ottobre 1999.

Gowan, P. The Global Gamble. VERSO, LONDON / New York, 1999.

MAHER, M., ANDERSSON, T. Corporate governance: effects on firm performance and economic growth, OECD, Seoul, Marzo 1999.

MAYER, C. Corporate governance in UK. Seoul: OECD, Mar. 1999.

MARIOTTI, S., MUTINELLI, M. "Le trasformazioni strutturali dell'internazionalizzazione produttiva delle imprese italiane". ICE - Ufficio Studi Economici, Quaderni di ricerca Roma, n.4, Ottobre 1997.

MARIOTTI, M. "L'internazionalizzazione produttiva". Impresa & Stato, Roma, n.41, Mar. 1998.

MARTUFI, R., VASAPOLLO, L. Eurobang. La sfida dei polo europeo nella competizione globale: Inchiesta su lavoro e capitale, Mediaprint, Roma, 2000.

_____. Profit State, redistribuzione dell'accumulazione e reddito sociale minimo. La città dei Sole, Napoli, 1999.

_____. Le pensioni a fondo. Mediaprint, Roma, 2000.

MÉSZAROS, I. Para além do capital. Boitempo / Unicamp, São Paulo, 2002.

OCDE. "Les nouvelles orientations de la politique industrielle respectives de la science, de la technologie et de l'industrie 1998: principales conclusions". Policy Brief.n. 3, 1998.

PETRAS, J, VELTMEYER, H., La globalizzazione smascherata. L'imperialismo nel XXI secolo, Jaca Book, Milano, 2002.

REGINI, M. Modelli di capitalismo. Le risposte europee alla sfida della globalizzazione, Laterza edit., Roma. 2000.

VASAPOLLO L., "La Unión Europea: entre polo geoeconómico y desarrollo desigual", ponencia a la VIII Conferencia Internacional de Estudios Europeos, Habana, Cuba del 3 al 6 de octubre 2000.

VASAPOLLO L. (oRo), Il piano incrinato del capitale. Crisi, competizione globale e guerra, edit. Jaca Book, Ottobre 2003.

YASUI, T. 'Corporate governance in Japan'. Conference on "Corporate governance in Asia: a comparative perspective". OECD, Seoul, Marzo 1999.